



**CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS NO CARGO DE
DELEGADO DE POLÍCIA SUBSTITUTO DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE GOIÁS**
Domingo, 24 de fevereiro de 2013.

Caderno de Prova A
2ª etapa: Prova Objetiva
Cargo: Delegado de Polícia Substituto

Este caderno de prova contém questões de

| Prova Objetiva | | | | | | | | | | | |
|----------------------|-------------------|-----------------------|----------------|---------------------------|--------------------------|------------------------|------------------------|----------------|----------------|-----------------------|----------------|
| Conhecimentos Gerais | | | | Conhecimentos Específicos | | | | | | | |
| Língua Portuguesa | Realidade Étnica* | Soma | | Direito Penal | Direito Processual Penal | Direito Constitucional | Direito Administrativo | Direito Civil | Medicina Legal | Soma | |
| Nº de Questões | Nº de Questões | Valor de Cada Questão | Valor da Prova | Nº de Questões | Nº de Questões | Nº de Questões | Nº de Questões | Nº de Questões | Nº de Questões | Valor de Cada Questão | Valor da Prova |
| 10 | 5 | 1 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 15 | 10 | 1 | 85 |

* Realidade étnica, social, histórica, geográfica, cultural, política e econômica do estado de Goiás e do Brasil. (lei nº 14.911, de 11 de agosto de 2004).

Instruções

- 1) Verifique se seu nome, seu número de inscrição e do seu documento de identidade estão grafados corretamente, abaixo da linha. Se houver algum erro, comunique ao fiscal de sala, conforme item 93 do Edital.
- 2) Verifique ainda se o caderno está completo ou se há alguma imperfeição gráfica que possa gerar ilegitimidade ou dúvidas. Se necessário, peça a substituição deste caderno antes de iniciar a prova.
- 3) Leia cuidadosamente o que está proposto.
- 4) As respostas das questões objetivas deverão ser transcritas (marcadas) no cartão de resposta, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta preta. O cartão de resposta será o único documento válido para a correção da prova objetiva. Os candidatos que descumprirem este item arcarão com eventual prejuízo da ausência de leitura óptica de suas marcações e/ou de sua eliminação, conforme itens 90, 98 e 99 do Edital.
- 5) Caso queira, o candidato poderá utilizar os espaços de rascunho deste caderno de prova e o rascunho do gabarito para registrar as alternativas escolhidas.
- 6) A partir das 16h 30min, os candidatos poderão sair da sala de prova portando este caderno, conforme itens 70, 71 e 94 do Edital.

Observação: Os fiscais não estão autorizados a fornecer informações acerca desta prova.

Identificação do candidato

Rascunho do Gabarito

| Questão | Alternativas | Questão | Alternativas |
|---------|--------------|---------|--------------|
| 1 | a b c d | 51 | a b c d |
| 2 | a b c d | 52 | a b c d |
| 3 | a b c d | 53 | a b c d |
| 4 | a b c d | 54 | a b c d |
| 5 | a b c d | 55 | a b c d |
| 6 | a b c d | 56 | a b c d |
| 7 | a b c d | 57 | a b c d |
| 8 | a b c d | 58 | a b c d |
| 9 | a b c d | 59 | a b c d |
| 10 | a b c d | 60 | a b c d |
| 11 | a b c d | 61 | a b c d |
| 12 | a b c d | 62 | a b c d |
| 13 | a b c d | 63 | a b c d |
| 14 | a b c d | 64 | a b c d |
| 15 | a b c d | 65 | a b c d |
| 16 | a b c d | 66 | a b c d |
| 17 | a b c d | 67 | a b c d |
| 18 | a b c d | 68 | a b c d |
| 19 | a b c d | 69 | a b c d |
| 20 | a b c d | 70 | a b c d |
| 21 | a b c d | 71 | a b c d |
| 22 | a b c d | 72 | a b c d |
| 23 | a b c d | 73 | a b c d |
| 24 | a b c d | 74 | a b c d |
| 25 | a b c d | 75 | a b c d |
| 26 | a b c d | 76 | a b c d |
| 27 | a b c d | 77 | a b c d |
| 28 | a b c d | 78 | a b c d |
| 29 | a b c d | 79 | a b c d |
| 30 | a b c d | 80 | a b c d |
| 31 | a b c d | 81 | a b c d |
| 32 | a b c d | 82 | a b c d |
| 33 | a b c d | 83 | a b c d |
| 34 | a b c d | 84 | a b c d |
| 35 | a b c d | 85 | a b c d |
| 36 | a b c d | 86 | a b c d |
| 37 | a b c d | 87 | a b c d |
| 38 | a b c d | 88 | a b c d |
| 39 | a b c d | 89 | a b c d |
| 40 | a b c d | 90 | a b c d |
| 41 | a b c d | 91 | a b c d |
| 42 | a b c d | 92 | a b c d |
| 43 | a b c d | 93 | a b c d |
| 44 | a b c d | 94 | a b c d |
| 45 | a b c d | 95 | a b c d |
| 46 | a b c d | 96 | a b c d |
| 47 | a b c d | 97 | a b c d |
| 48 | a b c d | 98 | a b c d |
| 49 | a b c d | 99 | a b c d |
| 50 | a b c d | 100 | a b c d |

Leia o texto a seguir para responder às questões de 1 a 5.

Como isolar perguntas sobre conceitos

1 Devemos começar por isolar as perguntas sobre conceitos das outras perguntas. Só raramente encontra-
2 se uma pergunta sobre conceitos apresentada em forma pura. É possível, mas improvável, que alguém nos
3 faça uma pergunta como “Qual é a natureza lógica do conceito de punição?” Quase sempre o que se
4 encontra são perguntas mais confusas e complexas, como, por exemplo: “Devem-se punir as pessoas
5 internadas em hospitais psiquiátricos?” Nesse caso, a pergunta, por assim dizer, nos convida a participar de
6 diversos jogos diferentes. Para responder plenamente à pergunta, é necessário: (i) analisar o conceito de
7 punição; (ii) ter algum conhecimento concreto do tipo de pessoa que realmente está internada nesses
8 hospitais; e (iii) expressar algum tipo de opinião moral sobre se tais pessoas devem ou não receber punição.
9 Em outras palavras, esta é uma pergunta mista, que envolve não só a análise conceitual, mas também
10 considerações sobre fatos e sobre juízos de valor.

11 Para examinar outros exemplos, tomemos primeiro a pergunta: “A liberdade é importante para um
12 indivíduo em sociedade?” Aqui temos uma pergunta para a qual se exige tanto uma análise conceitual
13 quanto um juízo de valor. Precisamos (i) analisar o conceito de liberdade e (ii) expressar uma opinião sobre
14 a importância e o valor do conceito. Outra pergunta: “O progresso é inevitável no século XX?” Nesse caso,
15 estão envolvidas análise conceitual e considerações sobre fatos. Precisamos levar em conta o conceito de
16 progresso (e talvez também o conceito de inevitabilidade), para então examinar os fatos relacionados ao
17 século XX que consideramos relevantes.

18 Não faz parte do nosso objetivo considerar o modo como se devem responder a questões sobre juízos
19 de valor ou sobre fatos. Mas é claro que não responderemos muito bem a nenhuma pergunta (e tampouco,
20 seguramente, às perguntas sobre conceitos) se não fizermos uma distinção muito nítida entre os tipos
21 lógicos de indagação que podem estar ocultos dentro do que parece ser uma única pergunta. Há apenas um
22 ponto de interrogação, mas diversas perguntas. E não poderemos fazer justiça a nenhuma delas enquanto
23 não tivermos tratado cada uma individualmente. Num dos exemplos citados, é óbvio que não poderemos
24 nem começar a dizer quem deve ser punido enquanto não soubermos com clareza o que é a punição. Sem
25 saber isto, não teremos certeza (num sentido perfeitamente literal) do que estamos falando. Temos de
26 entender a liberdade antes de poder expressar qualquer opinião inteligente sobre a importância da
27 liberdade. E temos de entender o progresso para poder saber se é inevitável. Devemos, portanto, isolar as
28 questões sobre conceitos e tomá-las como prioritárias.

WILSON, John. *Pensar com conceitos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 22-24.

Questão 1

O autor defende no texto a ideia de que as perguntas

- mistas se opõem às perguntas de análise conceitual, já que estas tratam de fatos e juízos de valor e aquelas tratam de ideias abstratas.
- sobre conceitos devem ser consideradas prioritárias para que se possa entender e responder às perguntas sobre fatos e opiniões.
- conceituais em forma pura são as mais comuns e mais frequentes, razão pela qual seu estudo é importante.
- sobre fatos e sobre juízos de valor excluem a análise conceitual, já que lidam apenas com opiniões e dados da realidade concreta.

Espaço para rascunho

Questão 2

No texto, a expressão que enfatiza o comprometimento do autor com a veracidade do conteúdo de seu discurso é aquela destacada em:

- a) “Num dos exemplos citados, é óbvio que não poderemos nem começar a dizer quem deve ser punido enquanto não soubermos com clareza o que é a punição” (linhas 23-24).
- b) “É possível, mas improvável, que alguém nos faça uma pergunta como ‘Qual é a natureza lógica do conceito de punição?’” (linhas 2-3).
- c) “Nesse caso, a pergunta, por assim dizer, nos convida a participar de diversos jogos diferentes.” (linhas 5-6).
- d) “..esta é uma pergunta mista, que envolve não só a análise conceitual, mas também considerações sobre fatos e sobre juízos de valor.” (linhas 9-10).

Questão 3

De acordo com o que se defende no texto, é um exemplo de pergunta que trata prioritariamente de conceito:

- a) Existe vida animal em Marte?
- b) É correto sobrepor o interesse coletivo ao interesse individual?
- c) O que é a liberdade de expressão?
- d) Existe a possibilidade de que um embrião seja gerado fora do útero?

Questão 4

No texto, a expressão “Em outras palavras” (linha 9) introduz uma

- a) introdução de um raciocínio
- b) expressão metafórica
- c) premissa de um argumento
- d) paráfrase explicativa

Questão 5

A expressão destacada na frase “A liberdade é importante para um indivíduo em sociedade?” (linhas 11-12) exerce a mesma função sintática da expressão destacada em:

- a) “Sem saber isto, não teremos certeza (num sentido perfeitamente literal) do que estamos falando.” (linhas 24-25).
- b) “Aqui temos uma pergunta para a qual se exige tanto uma análise conceitual quanto um juízo de valor” (linhas 12-13).
- c) “Não faz parte do nosso objetivo considerar o modo como se devem responder a questões sobre juízos de valor ou sobre fatos.” (linhas 18-19).
- d) “O progresso é inevitável no século XX?” (linha 14).

Espaço para rascunho

Leia o texto a seguir para responder às questões de 6 a 8.

Medicina cômica

1 Li no *New York Times* que pesquisadores da Universidade de Oxford descobriram que o efeito do riso no
2 corpo assemelha-se ao de um exercício físico. Segundo Robin Dunbar, professor que chefiou o estudo, o
3 riso envolve a exalação repetida de ar dos pulmões. “Os músculos do diafragma têm que trabalhar com
4 força. Assim, o riso prolongado pode ser doloroso e exaustivo, como um exercício intenso”, disse ele.

5 O estudo descobriu também que as gargalhadas fazem o corpo liberar endorfina, substância que provoca
6 prazer, bem-estar, aumenta a capacidade de resistir à dor e melhora o sistema imunológico, entre outros
7 benefícios.

8 Mas agora, com o *status* científico, o riso poderá ser utilizado na cura e prevenção de doenças. À medida
9 que este estudo for divulgado, comédias serão prescritas, nos consultórios médicos, em receitas ilegíveis,
10 ao lado dos fármacos mais conhecidos. Outras pesquisas não de confirmar novos efeitos terapêuticos do
11 gargalhar. Acredito que estamos no começo de uma nova era, onde medicina e indústria do entretenimento
12 se entrelaçarão. Já vejo até uma nova categoria do Oscar: Melhores Efeitos Colaterais.

13 Nem tudo será hilário. O doutor Dunbar alerta para o que considero um fato importante: o riso forçado
14 não envolve a série de exalações repetidas e desinibidas que provocam o efeito da endorfina. O que
15 significa dizer que a Vigilância Sanitária terá muito trabalho na fiscalização. Este *post*, por exemplo, correrá
16 um sério risco de ser vetado para uso terapêutico.

KNIJNIK, Vitor. Medicina cômica. Blogs do Além – Blog do Hipócrates. Carta capital, ano XVIII, n. 728, p. 25, 19 dez. 2012. (Adaptado).

Questão 6

O trecho “Os músculos do diafragma têm que trabalhar com força. Assim, o riso prolongado pode ser doloroso e exaustivo, como um exercício intenso” (linhas 3-4) é um exemplo de discurso

- indireto livre
- indireto
- direto
- metalinguístico

Questão 7

Os termos “mas” (linha 8) e “à medida que” (linhas 8-9) expressam, respectivamente, sentido

- adversativo e proporcional
- concessivo e alternativo
- causal e condicional
- conformativo e explicativo

Questão 8

O adjetivo que mais claramente evidencia uma opinião do autor é aquele que está destacado em:

- exercício intenso (linha 4)
- fato importante (linha 13)
- riso prolongado (linha 4)
- efeitos terapêuticos (linha 10)

Espaço para rascunho

Leia o texto a seguir para responder às questões 9 e 10.

1 Tecnicamente é difícil falar num Estado romano. Embora Roma tenha se proclamado republicana, várias
2 formas de governo ocorreram ao longo da sua consolidação como império, o qual abrangeu grande extensão
3 territorial e povos bem diversos. Contudo, deve ser destacado que a cidade-Estado é uma marca da
4 organização política romana, tanto na origem etrusca como na Roma republicana.

5 Alguns elementos podem ser apresentados como caracterizadores do Estado romano: *base familiar* – a
6 organização política tem sempre como base a família; *direito* – o direito se apresenta como importante para
7 a vida e para a história romanas, e a *sacralidade*, uma vez que as famílias patrícias que monopolizaram a
8 vida política eram estruturadas à volta de um culto familiar, adquirindo a sacralidade.

CAMPOS, Itami F. *Ciência política: introdução à teoria do Estado*. Goiânia: Vieira, 2005. p. 72-73. (Adaptado).

Questão 9

Os termos “embora” (linha 1) e “contudo” (linha 3) podem ser substituídos sem prejuízo de sentido, respectivamente, por

- a) portanto – haja vista
- b) conforme – assim
- c) conquanto – todavia
- d) porque – já que

Questão 10

No trecho “Embora Roma tenha se proclamado republicana, várias formas de governo ocorreram ao longo da sua consolidação como império, o qual abrangeu grande extensão territorial e povos bem diversos” (linhas 1-3), os termos em destaque referem-se, respectivamente, a

- a) extensão territorial – governo
- b) Roma – império
- c) governo – extensão territorial
- d) império – Roma

Espaço para rascunho

Questão 11

Leia a citação a seguir

“A história do processo de ocupação e povoamento de Goiás nos revela um crescimento populacional ‘induzido’, acompanhado pelas políticas territoriais, juntamente com os projetos de colonização.”

CHAVEIRO, E. F. *A Dinâmica Demográfica em Goiás*. Goiânia: Editora Ellos, 2009. p. 18.

Segundo o conceito de “crescimento populacional induzido” apontado pelo autor, são exemplos de políticas territoriais adotadas em Goiás:

- a) a criação da lei da Reforma Agrária, pelos governos militares, cujo objetivo principal era assegurar o direito de posse da terra e a conseqüente fixação do trabalhador no campo.
- b) a implementação do Plano de Metas dos governos militares que previa a industrialização do oeste do Brasil para interiorizar a população.
- c) a modernização da agricultura através da mecanização do campo, constituindo uma fonte permanente de recursos e atraindo a população para o interior do país.
- d) a implantação da Marcha para o Oeste, visando à ocupação do interior, que resultou na construção de Brasília e da BR-153.

Questão 12

“Foi a única tomada do poder pela força, por um grupo político estadual, em todo o período republicano.”

CAMPOS, Itami. *O coronelismo em Goiás*. Goiânia: Editora Vieira, 2003. p. 89.

A citação refere-se à deposição de um administrador político de Goiás por meio do uso da força, formada basicamente por grupos goianos autóctones. Esse acontecimento foi a

- a) Revolução de 1909, quando os membros da chamada Legião Rubra derrotaram o grupo político xavierista.
- b) Crise das Constituições, quando Braz Abrantes, por meio de um golpe militar, assumiu a presidência do estado em 1892.
- c) Revolução de 1930, quando a Coluna Arthur Bernardes depôs o tradicional grupo político caiadista do poder.
- d) “Revolução de 1964”, quando Mauro Borges foi deposto do poder e substituído pelo interventor Meira Matos.

Questão 13

“Aqui nos desconfiamos de todo, persuadidos que o Anhanguera nos queria acabar no meio daqueles matos.”

BRAGA, J. P. *Memórias goianas - a bandeira do Anhanguera a Goyaz, em 1722*. Goiânia: Editora da UCG, 1982. p. 13.

O texto citado refere-se ao conflito entre o português alferes Silva e Braga e o paulista Bartolomeu Bueno da Silva, durante a Bandeira que foi o prenúncio da exploração sistemática da mineração aurífera da chamada Minas do Goyazes. Esse conflito expressava uma desconfiança mútua que fora alimentada

- a) pelas escaramuças entre paulistas e portugueses pela posse das minas na Guerra dos Emboabas.
- b) pela recusa dos portugueses em permitir que os bandeirantes paulistas escravizassem indígenas.
- c) pela vontade dos portugueses de retirar as minas descobertas da tutela administrativa dos paulistas.
- d) pelas disputas religiosas entre paulistas e jesuítas referentes ao concubinato com mulheres indígenas.

Espaço para rascunho

Questão 14

“No quadro de dificuldades econômicas, característico do século XIX em Goiás, a pecuária destacou-se como única atividade de caráter eminentemente comercial, sendo a lavoura voltada para a subsistência dos próprios plantadores, sendo o pouco excedente comercializado nos arraiais locais.”

ASSIS, Wilson Rocha. *Estudos de História de Goiás*. Goiânia: Editora Vieira, 2005, p. 67.

O caráter comercial da pecuária, explicitado na citação, no contexto da economia goiana da primeira metade do século XIX, deveu-se fundamentalmente à

- a) industrialização do charque que disputou mercados com a produção sulista.
- b) excelente qualidade do gado zebu, que substituiu o improdutivo gado curraleiro.
- c) exportação de queijo por meio de tropeiros para Rio de Janeiro e São Paulo.
- d) possibilidade de o gado se autotransportar, alcançando, assim, lugares distantes.

Questão 15

“Com a decadência ou desaparecimento do ouro, o governo português, que antes procurava canalizar toda a mão-de-obra da capitania para as minas, passou, através das autoridades, a incentivar e promover a agricultura em Goiás.”

PALACIN, Luís; MORAES, Maria Augusta S. *História de Goiás*. Goiânia: Editora da UCG, 1994. p. 41.

No contexto mencionado no texto citado, o príncipe regente D. João, no início do século XIX, adotou algumas medidas de incentivo à agricultura que afetaram Goiás. Uma dessas medidas foi a

- a) construção da estrada de ferro, ligando Goiás a Minas Gerais, para viabilizar a exportação de produtos agrícolas.
- b) isenção da cobrança do dízimo por dez anos aos agricultores que se estabelecessem às margens dos rios Tocantins e Araguaia.
- c) permissão aos particulares para utilização de mão de obra compulsória dos indígenas na produção agrícola.
- d) proibição da navegação nos rios Araguaia e Tocantins para evitar a concorrência dos produtos agrícolas vindos do Pará.

Espaço para rascunho

Questão 16

O crime de corrupção de menores, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente – art. 244-B. “Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la” – segundo orientação do Superior Tribunal de Justiça é, quanto ao resultado, crime

- a) de mera conduta
- b) material
- c) formal
- d) permanente

Questão 17

Em tema de aplicação e execução da pena, verifica-se que

- a) o aumento na segunda fase de aplicação da pena, no crime de roubo circunstanciado, exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes.
- b) a falta grave não interrompe o prazo para obtenção do livramento condicional.
- c) é inadmissível a fixação de pena substitutiva como condição especial ao regime aberto.
- d) é admissível aplicar, no furto qualificado, pelo concurso de agentes, a majorante do roubo.

Questão 18

Sobre as causas extintivas da punibilidade, tem-se que

- a) a sentença concessiva do perdão judicial é declaratória da extinção da punibilidade, não subsistindo qualquer efeito condenatório.
- b) a renúncia e a desistência são causas de extinção da punibilidade, diferenciando-se apenas quanto ao momento de seu exercício, já que a primeira ocorre depois do ajuizamento da ação penal, enquanto a segunda opera-se antes.
- c) a perempção opera-se quando o autor na ação penal privada subsidiária da pública deixa de promover o andamento do feito por mais de 30 (trinta) dias.
- d) a anistia é ato discricionário do presidente da república que tem por objeto crimes cuja sentença tenha transitado em julgado acarretando a extinção da pena imposta.

Questão 19

Segundo entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, em tema de aplicação e execução da pena

- a) admite-se a comutação da pena aos condenados por crimes hediondos, tendo em vista operar-se no caso a substituição da reprimenda por outra mais branda, o que não encontra vedação legal.
- b) em caso de condenação do apenado no curso de execução por fato anterior ao início do cumprimento da reprimenda, a contagem do prazo para concessão de benefícios é interrompida para a realização de novo cálculo com base no somatório das penas restantes a serem cumpridas, cujo marco inicial da contagem do novo prazo é o trânsito em julgado da primeira sentença condenatória.
- c) admite-se a aplicação do benefício da detração penal em processos distintos, desde que o delito pelo qual o sentenciado cumpre pena tenha sido cometido antes da segregação cautelar.
- d) admite-se a concessão de livramento condicional ao estrangeiro que possui decreto de expulsão em seu desfavor, desde que preenchidos os requisitos do art. 83 do Código Penal.

Espaço para rascunho

Questão 20

Sobre a Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006), tem-se que

- a) o crime de tráfico de drogas consuma-se quando ocorre a efetiva colocação da substância proibida em circulação, dado tratar-se de crime de perigo concreto.
- b) é possível a fixação de regime prisional diferente do fechado para o início do cumprimento de pena imposta ao condenado por crime hediondo, não alcançando essa possibilidade aos condenados pelos denominados crimes hediondos por equiparação, como tráfico de drogas, diante de expressa vedação legal.
- c) na fixação da pena, a lei de drogas não impõe ao juiz qualquer consideração sobre a natureza e a quantidade da droga, em preponderância sobre a regra do artigo 59 do Código Penal.
- d) para configuração da interestadualidade do tráfico (art. 40, V) é prescindível a efetiva transposição das fronteiras do Estado, bastando, a existência de elementos que sinalizem a destinação da droga para além dos limites estaduais.

Questão 21

Lekão do Cerrado atira de longa distância em Buguelo, com a intenção de testar a eficácia do tiro da pistola que recentemente adquirira. No momento do disparo vislumbra que Buguelo, caso atingido, poderá morrer, tendo em conta o grande poder vulnerante da arma, conforme afiançado pelo vendedor; mesmo assim, aciona o gatilho, vindo o projétil atingir Buguelo que tomba morto na mata. Nessa situação, Lekão do Cerrado pratica um crime de

- a) perigo para a vida ou saúde de outrem
- b) homicídio doloso
- c) homicídio culposo
- d) disparo de arma de fogo

Questão 22

Magrillo, contumaz praticante de crimes contra o patrimônio, decide subtrair uma quantia em dinheiro que supostamente X traria para casa. Para tanto, convida Cabelo de Anjo, seu velho conhecido de empreitadas criminosas. Ao chegar em casa do trabalho, X é ameaçado e, posteriormente, amarrado pelos agentes, que exigem a entrega do dinheiro, mas ao perceberem que não havia nenhum dinheiro com a vítima, a abandonam amarrada aos pés da mesa da cozinha. Nessa hipótese, Magrillo e Cabelo de Anjo praticaram

- a) roubo na forma tentada
- b) crime impossível por absoluta ineficácia do meio
- c) furto na forma tentada
- d) crime impossível por absoluta impropriedade do objeto

Questão 23

Sobre o concurso de pessoas, tem-se o seguinte:

- a) pela teoria do favorecimento da participação, a punibilidade do partícipe depende da culpabilidade do autor.
- b) pelo conceito extensivo, autor é quem executa a ação típica, não havendo diferença entre autoria e participação.
- c) pela cooperação dolosamente distinta, ocorre uma divergência entre o elemento subjetivo do partícipe e a conduta realizada pelo autor.
- d) pela teoria objetivo-formal, autor é causa do delito, enquanto partícipe é condição.

Espaço para rascunho

Questão 24

Sobre os crimes de trânsito, previstos no Código de Trânsito Brasileiro, verifica-se o seguinte

- a) a penalidade de multa reparatória não poderá ser superior ao valor do prejuízo demonstrado no processo, e seu eventual pagamento não repercute na esfera cível.
- b) admite-se indistintamente ao crime de lesão corporal culposa praticado na condução de veículo automotor (art. 303) o benefício da transação penal, tendo em vista a pena máxima cominada ser de 2 (dois) anos de detenção.
- c) a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou habilitação para dirigir veículo automotor somente será imposta como penalidade acessória.
- d) para a configuração do delito previsto no art. 310 (permissão ou entrega de veículo automotor a pessoa não habilitada), é exigida a demonstração do perigo concreto de dano.

Questão 25

Sobre a fixação da pena, tem-se o seguinte:

- a) a existência de circunstância atenuante pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.
- b) pelo critério trifásico, adotado pelo Código Penal, o juiz, na segunda fase, deverá apreciar as causas de aumento e de diminuição da parte geral e especial.
- c) o estabelecimento do valor de dias-multa independe da condição econômica do condenado.
- d) em caso de reincidência, fixada a pena em patamar inferior a 4 (quatro) anos, o condenado poderá iniciar o cumprimento da pena em regime semiaberto, desde que as circunstâncias judiciais o recomendem.

Questão 26

João, após cometer um crime de homicídio contra sua esposa, foge da ação policial que busca prendê-lo em flagrante delito. Em meio à fuga, vai até o escritório de seu tio Cícero, que também é advogado, ocasião em que este, ao ser procurado pela polícia indagando sobre o paradeiro do perseguido, diz dele não ter notícias, mas, logo em seguida, empresta um carro e o sítio de recreio que possui no interior para João se esconder. Nesse contexto, a conduta de Cícero é

- a) não é punível em razão do grau de parentesco entre eles.
- b) tipicamente irrelevante, tendo em vista que foi o autor do homicídio quem o procurou.
- c) típica, configurando crime de favorecimento pessoal, previsto no art. 348 do Código Penal.
- d) típica, configurando crime de favorecimento real, previsto no art. 349 do Código Penal.

Questão 27

O advogado Cícero solicita dinheiro de seu cliente, João, com argumento de que repassará a soma em dinheiro ao juiz de direito da comarca, para que este o absolva da imputação de corrupção ativa praticada anteriormente. Após receber o dinheiro do cliente, o advogado o entrega ao magistrado, que prolate sentença absolutória logo em seguida, reconhecendo a atipicidade da conduta de João. Nesse contexto, verifica-se que

- a) Cícero e João responderão por corrupção ativa, enquanto o juiz responderá por corrupção passiva.
- b) Cícero e João responderão por tráfico de influência, enquanto o juiz responderá por corrupção passiva.
- c) Cícero e João responderão por exploração de prestígio, enquanto o juiz responderá por corrupção ativa.
- d) Cícero responderá por exploração de prestígio, enquanto João responderá por corrupção ativa e o juiz por corrupção passiva.

Questão 28

O sistema penitenciário que prega o trabalho dos presos nas celas e, posteriormente, a realização de tarefas em pequenos grupos, durante o dia e em silêncio, é característica do sistema

- a) inglês
- b) auburniano
- c) filadélfico
- d) reformatório

Questão 29

Em qual sistema penal a culpabilidade é concebida como o vínculo psicológico que une o autor ao fato?

- a) finalista
- b) neoclássico
- c) clássico
- d) funcionalista

Questão 30

Constitui fundamento das justificantes do estrito cumprimento do dever legal e do exercício regular de direito:

- a) o princípio da ponderação de valores
- b) o princípio do interesse preponderante
- c) necessidade de defesa de bens jurídicos
- d) necessidade de defesa do ordenamento jurídico

Espaço para rascunho

Questão 31

Quanto ao inquérito policial, tem-se o seguinte:

- a) possui valor probatório relativo, podendo o magistrado fundamentar sua sentença condenatória exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.
- b) poderá ser instaurado com base em notícia apócrifa, salvo quando se tratar de documento que constitua o próprio corpo de delito ou quando tenha sido produzida pelo imputado autor da delação anônima.
- c) é um procedimento indispensável ao oferecimento da peça acusatória, uma vez que é instrumento de identificação das fontes de prova e de colheita de elementos de informação quanto à autoria e materialidade delitiva.
- d) é procedimento administrativo, de caráter pré-processual, ordinariamente vocacionado a subsidiar, nos casos de infrações perseguíveis mediante ação penal de iniciativa pública, a atuação persecutória do Ministério Público.

Questão 32

Durante investigações, apurou-se a prática do crime previsto no artigo 157, do Código Penal, tendo a autoridade policial indiciado Manga e Pebinha pela suposta perpetração do referido delito. Remetidos os autos ao Ministério Público, este ofereceu denúncia apenas em relação a Manga, silenciando-se, entretanto, quanto a Pebinha.

Nesse caso, quanto a Pebinha, verifica-se o seguinte:

- a) não há, nesta hipótese, segundo a maioria da jurisprudência, arquivamento, uma vez que a denúncia poderá ser aditada, antes da sentença, para suprir suas omissões, de modo a tornar efetivos os princípios da obrigatoriedade da ação penal pública e da busca da verdade.
- b) segundo o Supremo Tribunal Federal, ter-se-á, caso o juiz não se manifeste sobre a remessa dos autos ao Procurador Geral de Justiça, o chamado arquivamento indireto.
- c) segundo o Superior Tribunal de Justiça, é viável, neste caso, o oferecimento, pelo Procurador Geral de Justiça, de queixa-crime subsidiária ou denúncia supletiva.
- d) o juízo, segundo o Supremo Tribunal Federal, deverá devolver os autos ao Promotor de Justiça, para aditamento da denúncia, sendo este obrigado a aditá-la para incluir Pebinha no polo passivo, em face do princípio da obrigatoriedade da ação penal.

Questão 33

As normas genuinamente processuais

- a) admitirão interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do direito.
- b) não admitem aplicação analógica, mas admitirão interpretação extensiva.
- c) não admitem interpretação extensiva, mas admitirão aplicação analógica.
- d) serão aplicadas desde logo, mas tornam inválidos os atos praticados sob a égide da lei anterior se desfavoráveis ao imputado.

Espaço para rascunho

Questão 34

Buguelo, com o objetivo de abrir conta-corrente no Banco do Brasil, encontrou-se com um conhecido em Belo Horizonte/MG, residente em Rio Verde/GO, e solicitou que este providenciasse uma carteira de identidade contrafeita, pagando, para tanto, a quantia de R\$ 100,00. Munido de tal documento falso, entregue a ele em Campinas/SP, Buguelo dirigiu-se a São Paulo/SP, local onde usou o documento falso para abrir conta-corrente no Banco do Brasil. A competência para processar e julgar o feito, segundo o Superior Tribunal de Justiça, é do juízo da justiça estadual em

- a) Belo Horizonte/MG
- b) Rio Verde/GO
- c) Campinas/SP
- d) São Paulo/SP

Questão 35

Durante operação policial na qual Cabelo de Anjo foi investigado e denunciado por crimes previstos no artigo 157, § 2º, do Código Penal, fora apreendido, em virtude de mandado de busca e apreensão e de sequestro de bens móveis, um veículo registrado em nome da empresa X, cujo representante legal é Tripa Seca, uma vez que existiam indícios veementes de que o objeto seria produto da atividade criminosa de Cabelo de Anjo e de que este seria o proprietário de fato do bem. Nesse caso, tem-se o seguinte:

- a) segundo o Código de Processo Penal, a restituição, neste caso, poderá ser ordenada pelo magistrado, membro do Ministério Público ou pela autoridade policial, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do representante da empresa.
- b) o juiz poderá determinar, segundo o Código de Processo Penal, a alienação antecipada, para preservação de seu valor, ante a possibilidade de deterioração e consequente desvalorização do veículo, depositando o montante, até o final do processo, em conta vinculada ao juízo.
- c) o bem deve ser devolvido ao representante legal da empresa, uma vez que o Código de Processo Penal prevê expressamente que as coisas apreendidas, mesmo quando interessam ao processo, serão restituídas, permanecendo com o representante da empresa até o trânsito em julgado da sentença.
- d) em caso de dúvida sobre quem seja o verdadeiro proprietário do bem, o juiz, segundo o Código de Processo Penal, manterá os autos do pedido de devolução do bem no juízo criminal, determinando o acautelamento do veículo à autoridade policial ou ao Ministério Público, com a necessária afetação provisória.

Questão 36

Magrillo, tecnicamente primário e com residência fixa, foi preso em flagrante pela prática do crime previsto nos artigos 33 e 35 combinado com o artigo 40, I, da Lei 11.343/06, uma vez que, em conjunto com PLG, Gcarrão, Paco e Gomídeo, membros do mesmo grupo criminoso organizado, acondicionou 36,5 kg de cocaína, 2,47 kg de maconha e 1,037 kg de crack em 2 botijões de gás adulterados, transportando-os do Paraguai para o Brasil em dois caminhões com placas paraguaias. A prisão em flagrante foi convertida pelo magistrado, a requerimento do Ministério Público, em prisão preventiva, nos termos dos artigos 310 e 312, do Código de Processo Penal. Assim, verifica-se o seguinte:

- a) a prisão preventiva de Magrillo foi corretamente decretada, uma vez que foi atendido o requisito legal do clamor público, além de existir indício de crime e suspeita de autoria, pressupostos legalmente previstos para servir de alicerce ao encarceramento provisório.
- b) as condições pessoais favoráveis de Magrillo têm, segundo entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o condão de, por si sós, ensejarem a revogação de sua prisão preventiva.
- c) segundo o Superior Tribunal de Justiça, a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de grupos criminosos organizados enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação idônea para alicerçar a prisão preventiva.
- d) segundo o Superior Tribunal de Justiça, a prisão preventiva deverá ser decretada pelo juiz, mesmo quando cabível a sua substituição por outra medida cautelar pessoal.

Questão 37

Lekão do Cerrado e Capitão Didi foram presos em flagrante pela prática, em conjunto com terceiro até então não identificado, do crime previsto no artigo 157, do Código Penal. Após, todos foram denunciados pelo Ministério Público. Ato contínuo, foi nomeado pelo juízo, para defesa de todos os réus, o mesmo advogado, uma vez que não indicaram um patrono para suas defesas. Ao serem ouvidos em juízo, os policiais que os prenderam, arrolados como testemunhas, ratificando suas declarações prestadas perante a autoridade policial, aduziram que escutaram os denunciados conversando e, durante a conversa, imputaram a prática criminosa a Praga de Mãe, bandido conhecido na região, também denunciado pelo Ministério Público em concurso com Lekão do Cerrado e Capitão Didi, exclusivamente com base em tais declarações policiais. Após recusarem responder às perguntas durante o inquérito policial, todos negaram, em juízo, a prática criminosa. Dessa forma, tem-se o seguinte:

- a) é válida, segundo o Supremo Tribunal Federal, a nomeação de um único advogado para todos os réus se a chamada de correu for peça fundamental para o embasamento da peça acusatória.
- b) segundo o Supremo Tribunal Federal, a chamada de correu, retratada ou não em juízo, não pode servir como fundamento exclusivo para a condenação.
- c) são inidôneos, segundo o Supremo Tribunal Federal, os depoimentos prestados pelos policiais que efetivaram o flagrante, uma vez que, por suas condições funcionais e interesses na causa, estão impedidos, automaticamente, de serem testemunhas.
- d) o fato de se ouvir dizer que Praga de Mãe teria participação no crime é passível de respaldar pronunciamento judicial condenatório, mormente em face das declarações policiais, uma vez que nosso sistema pátrio, segundo o Supremo Tribunal Federal, admite a culpa por presunção.

Questão 38

Paruara, integrante da quadrilha liderada por Charlito Charote, foi instado a se apresentar na delegacia de polícia civil com o objetivo de prestar declarações em inquérito policial que investiga o grupo. Chegando à delegacia, Paruara insinuou que precisaria conversar em particular com o escrivão de polícia X. Este, sem que Paruara notasse, uma vez que, em outras oportunidades, Paruara já havia tentado cooptar policiais, acionou um equipamento de gravação. Após alguns rodeios, permanecendo X sempre calado, Paruara ofereceu R\$ 5.000,00 para que X passasse informações sobre possíveis operações policiais a serem desenvolvidas em face do grupo criminoso. Imediatamente, X deu voz de prisão a Paruara. Nesse caso, o flagrante foi

- a) esperado e, portanto, a prisão é válida.
- b) provocado e, portanto, a prisão é nula.
- c) forjado e, portanto, a prisão é nula.
- d) preparado e, portanto, a prisão é válida.

Espaço para rascunho

Questão 39

Em outubro de 2009, Bico de Pássaro foi preso em flagrante delito, uma vez que, em cumprimento a mandado de busca e apreensão em sua residência, foi encontrada uma arma de fogo de uso permitido, sem registro. Após instauração de inquérito policial pela suposta prática do crime previsto no artigo 12, da Lei 10.826/2003, a defesa impetrou *habeas corpus* requerendo o trancamento do inquérito. O Tribunal de Justiça de Goiás entendeu que o fato evidentemente não constituía crime, uma vez que a Lei 11.922/09 teria ampliado o prazo para registro de armas de fogo para o dia 31 de dezembro de 2009 e, assim, haveria atipicidade do crime de posse de arma de fogo até a mencionada data. A decisão transitou em julgado. No entanto, o Ministério Público, verificando que o Tribunal alterou seu entendimento em outros casos, ofereceu denúncia contra Bico de Pássaro exatamente pelo crime de posse irregular de arma de fogo. A denúncia foi recebida pelo magistrado. Nesse caso, segundo o Superior Tribunal de Justiça, o magistrado

- errou, uma vez que o trancamento do inquérito policial fez coisa julgada material e, portanto, só poderia ser reaberto quando fossem encontrados novos elementos de informação que alterassem o panorama probatório inicial.
- acertou, uma vez que o trancamento do inquérito policial fez coisa julgada formal e, portanto, poderia ser reaberto em qualquer hipótese.
- errou, uma vez que a decisão anterior, reconhecendo o fato como atípico, fez coisa julgada material, não podendo o juiz reapreciar ou desconstituir o decidido pelo Tribunal.
- acertou, uma vez que o trancamento do inquérito policial, por fazer coisa julgada material, poderia ser reaberto em qualquer hipótese.

Questão 40

Em agosto de 2012, o juízo da 11ª Vara Criminal de Goiânia autorizou a polícia civil, em face de indícios de crime de rufianismo (artigo 230, do Código Penal) e tráfico internacional de pessoas para fim de exploração sexual (artigo 231, do Código Penal), sem oitiva prévia do Ministério Público, a proceder interceptação telefônica dos terminais utilizados por Pé de Pano, pelo prazo de 15 dias. Terminado o período, o juiz de direito, após prorrogar as escutas por mais 15 dias, reconheceu sua incompetência e determinou a remessa dos autos à justiça federal, sob o fundamento de que não restou demonstrado o crime de rufianismo. Nesse caso, a interceptação telefônica é

- válida, uma vez que a autorização se encontrou alicerçada em representação da autoridade policial civil, legalmente autorizada a implementar as escutas.
- nula desde o início, uma vez que, segundo a Lei 9.296/96 (que regulamenta as interceptações das comunicações), é necessário o pronunciamento prévio do Ministério Público.
- válida, uma vez que é lícita a prorrogação do prazo legal, desde que devidamente fundamentada e demonstrada a indispensabilidade da medida.
- nula desde o início, uma vez que a autorização não foi proveniente de juiz aparentemente competente ao tempo da decisão, à vista do objeto das investigações policiais em curso.

Questão 41

Cara Grande, funcionário da empresa privada X, foi denunciado pela prática do crime previsto no artigo 157, § 2º do Código Penal. Recebida a denúncia, foi determinada a sua citação pelo juízo criminal. Entretanto, o oficial de justiça não conseguiu cumprir a determinação judicial. Em certidão lavrada, o meirinho registrou que o réu, na realidade, se ocultara para não ser citado. Nesse caso, segundo o Código de Processo Penal, a citação de Cara Grande será determinada por

- edital, no prazo de 30 dias.
- hora certa, na forma estabelecida no Código de Processo Civil.
- edital, no prazo de 15 dias.
- meio do representante da empresa X, que noticiará a existência da ação penal ao réu.

Questão 42

Sobre as provas, segundo o Código de Processo Penal, verifica-se o seguinte:

- a) se o juiz tiver notícia da existência de documento relativo a ponto relevante da acusação ou da defesa, providenciará, independentemente de requerimento de qualquer das partes, a sua juntada aos autos, se possível.
- b) a acareação será admitida entre acusados, entre testemunhas, entre testemunhas e pessoas ofendidas, entre acusado e testemunha, tendo aquele, neste caso, o dever de declarar a verdade sobre os fatos.
- c) poderão recusar-se a depor como testemunha o ascendente ou descendente, o afim em linha reta, o cônjuge ou companheiro, o cunhado, o irmão e o pai, mãe, os avós, ou o filho adotivo do acusado, independentemente de não ser possível, por outro modo, obter-se ou integrar-se a prova do fato e de suas circunstâncias.
- d) não serão ouvidas pelo juiz outras testemunhas além das indicadas pelas partes, devendo o magistrado, no caso de testemunhas referidas, consultá-las sobre o interesse em suas oitivas.

Questão 43

É princípio aplicável à ação penal de iniciativa privada:

- a) divisibilidade
- b) indisponibilidade
- c) oportunidade
- d) transcendência

Questão 44

Segundo o Código de Processo Penal, a fiança não será concedida nos crimes

- a) punidos com detenção, se houver no processo prova de ser o réu vadio.
- b) punidos com reclusão que provoquem clamor público.
- c) cometidos com violência ou ameaça contra a pessoa.
- d) de racismo e nos definidos como hediondos.

Questão 45

Sobre o interrogatório, verifica-se o seguinte:

- a) em caso de mais de um réu, será realizado em conjunto e na presença dos defensores constituídos ou nomeados, ressalvado casos de réu preso, uma vez que sua oitiva será realizada, necessariamente, no estabelecimento prisional em que estiver recolhido.
- b) é ato privativo do juiz, não sendo, durante o ato, oportunizadas às partes perguntas complementares às formuladas pelo magistrado.
- c) poderá ser realizado a qualquer momento, tendo o réu, em razão do princípio da ampla defesa, o direito de escolher o momento processual mais adequado para prestar seu depoimento.
- d) embora essencialmente um meio de defesa, poderá ser considerado em desfavor do réu, se ele, não exercendo seu direito ao silêncio, apresentar versão contrária aos seus interesses.

Espaço para rascunho

Questão 46

O *caput* do artigo 1º da Constituição Federal, ao dispor que a “República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado democrático de direito...”, consagra o princípio do Estado democrático de direito que se traduz em

- a) princípio valor fonte, que exclui valores pessoais como a isonomia e a dignidade das pessoas.
- b) princípio restritivo ao asseguramento da participação política por sufrágio.
- c) princípio nuclear, que implica o pluralismo político, na separação de poderes e na legalidade.
- d) superprincípio que distingue os modelos liberal e social de Estado de direito.

Questão 47

Constitucionalidade é a relação estabelecida entre a Constituição e um dado comportamento que lhe seja conforme, compatível ou de acordo com seu sentido, não se manifestando tão somente por um caráter lógico-racional, mas por um caráter valorativo. O controle dessa relação se faz, no Brasil, pela atribuição

- a) a órgãos jurisdicionais ordinários, em um modelo difuso de controle de constitucionalidade das leis combinado com um modelo concentrado de corte constitucional, sistema a que se tem denominado misto.
- b) do julgamento das questões constitucionais a um órgão jurisdicional superior ou a uma corte constitucional, modelo a que se tem denominado controle difuso.
- c) a órgãos ordinários do poder judiciário, da prerrogativa de afastar a aplicação da lei, nos processos judiciais, mantendo-se também uma corte constitucional, modelos a que se tem denominado controle concentrado.
- d) a qualquer órgão judicial incumbido de aplicar a lei a um caso *sub judice*, do dever da não aplicação da lei quando considerá-la incompatível com a ordem constitucional, modelo a que se tem denominado controle concentrado.

Questão 48

A Constituição Federal protege o domicílio, dispondo no artigo 5º, XI, que a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial. Nesse sentido, casa

- a) é o espaço de residência e moradia, incorporando os aposentos ocupados por habitação coletiva, restringindo-se à noção de habitação civil.
- b) é o espaço de moradia e de projeção da pessoa, ainda que sem caráter habitual, incluindo o compartimento de exercício da atividade profissional.
- c) restringe-se ao espaço habitacional como espaço de moradia da pessoa, assim definido na esfera da civilística pátria.
- d) é o espaço definido como moradia e escolhido para residência permanente do núcleo familiar ou da pessoa individualmente considerada, excluindo-se dessa noção o espaço profissional.

Espaço para rascunho

Questão 49

Em decorrência das diferentes experiências constitucionais, as Cartas Políticas podem ser classificadas segundo vários critérios, sendo certo que,

- a) quanto à extensão, as sintéticas distinguem-se das analíticas, pois enquanto as primeiras admitem revisão por processo complexo, as analíticas podem ser modificadas pela alteração da legislação infraconstitucional.
- b) quanto à estabilidade, as constituições imutáveis se contrapõem às flexíveis porque, enquanto as primeiras não preveem as próprias mudanças, as segundas as preveem pela constituição de novo congresso constituinte.
- c) quanto ao modo de elaboração, as ortodoxas se contrapõem às históricas porque, enquanto as primeiras se originam de determinados dogmas ou credos, as segundas originam-se do processo de composição de muitas ideias.
- d) quanto à origem, as constituições promulgadas se contrapõem às semirrígidas porque, enquanto as primeiras são oriundas de assembleias constituintes democráticas, as segundas decorrem da outorga de governantes autoritários.

Questão 50

A função executiva é aquela referente à prática de atos de governo e à chefia do estado, que ocorre, segundo relatos históricos, de diversas formas. A doutrina classifica o Poder Executivo de acordo com o modelo segundo o qual se realiza a referida chefia de estado. Nessa classificação, encontram-se os modelos

- a) monocrático e dual, sendo que no primeiro a chefia é exercida por uma pessoa, como ocorre nas monarquias contemporâneas, e no segundo ela é exercida por um presidente e por um congresso nacional.
- b) diretorial e dual, sendo que no primeiro a chefia é exercida por um grupo de indivíduos reunidos em comitê e no segundo pressupõe-se a existência de um chefe de estado e de um conselho de ministros.
- c) monocrático e pluriárquico, sendo que no primeiro a chefia é exercida por uma pessoa, como ocorre no presidencialismo, e no segundo por várias pessoas em alternância entre si.
- d) dual e pluriárquico, sendo que no primeiro a chefia é exercida por dois indivíduos com poderes idênticos e no segundo pressupõe-se a existência de um comitê gestor.

Questão 51

Considerada a mutação constitucional como uma incongruência entre as normas constitucionais e a realidade constitucional, sua origem reside na

- a) conduta administrativa e judiciária formalmente contrária aos valores constitucionais e aos princípios originários.
- b) prática judicial que viola formalmente e despreza a Constituição Federal, apresentando soluções para além dela.
- c) interpretação formalmente contrária à Constituição e materialmente em dissonância com os seus princípios.
- d) prática judicial resultante da impossibilidade do exercício de direitos constitucionalmente instituídos.

Espaço para rascunho

Questão 52

O Supremo Tribunal Federal, em suas decisões, tem enfatizado o princípio hermenêutico da interpretação conforme a Constituição, o qual aponta para uma diretriz de prudência por

- a) recomendar que diante de normas de significados múltiplos o intérprete eleja o sentido que as torne constitucionais e não aquele que as torne inconstitucionais.
- b) indicar a presunção de inconstitucionalidade das leis, determinando sua constitucionalização pelo ato do intérprete, no caso *sub judice*.
- c) determinar que o intérprete deve constitucionalizar a lei por força da interpretação, e não afastá-la do ordenamento, salvando-a às custas da Constituição.
- d) reconhecer a presunção de constitucionalidade da lei, determinando interpretação conforme a constituição de acordo com o significado da lei.

Questão 53

Na divisão das funções entre os poderes da república, cabe ao legislativo tarefas de legislar e fiscalizar, dentre outras. Essas tarefas são exercidas por meio do Congresso, cujos trabalhos desenvolvem-se

- a) no período da legislatura, que é de quatro anos e cujo término impede a continuidade das comissões.
- b) por meio de sessões legislativas ininterruptas, ordinárias e extraordinárias, em períodos legislativos anuais.
- c) no período da legislatura, que é de oito anos, coincidente com o mandato de senadores, dividido em sessões legislativas.
- d) em sessões legislativas ininterruptas, coincidentes com os mandatos dos deputados federais, que são de quatro anos.

Questão 54

A Constituição Federal determina a desapropriação da propriedade rural que não cumpra sua função social. Segundo o artigo 186 da Carta Magna, a função social se cumpre

- a) pela proteção do trabalhador e do meio ambiente na exploração dos recursos da terra, requisitos de que prescinde a desapropriação para fins de reforma agrária.
- b) pela máxima produtividade e proteção dos trabalhadores, requisitos suficientes para a não desapropriação para fins de reforma agrária.
- c) pela produção e aproveitamento da terra e dos recursos naturais de forma a extrair a máxima produtividade, como requisito essencial para a não desapropriação para fins de reforma agrária.
- d) pelo aproveitamento racional e adequado e pela preservação do meio ambiente, requisitos necessários exigidos para a não desapropriação para fins de reforma agrária.

Questão 55

A Constituição Federal prevê a proteção do patrimônio cultural brasileiro, sua defesa, valorização e difusão. Esse patrimônio constitui-se pelos bens de natureza

- a) imaterial, pertencentes às muitas etnias, consideradas naquilo que são portadoras de referências comuns entre si, capazes de integrar uma identidade e unicidade nacionais.
- b) material e imaterial portadores de referências à identidade e à memória das diversas etnias, consideradas numa perspectiva multicultural.
- c) material e imaterial, portadores de referência do povo brasileiro, considerado em sua unidade, unicidade nacional e étnica.
- d) material pertencentes à história nacional dos povos colonizadores e que representam a unidade e a memória nacionais.

Espaço para rascunho

Questão 56

A Constituição Federal, ao tratar do sistema tributário nacional, estabelece um conjunto de princípios que norteiam a criação de tributos e a arrecadação no país. Entre esses, está o princípio da capacidade contributiva, segundo o qual

- a) deve-se aferir objetivamente a capacidade contributiva e subjetivamente a criação da tributação específica, em sistemas de freios e contrapesos.
- b) deve-se aferir subjetivamente, na criação do tributo, a capacidade contributiva do sujeito, analisando-lhe os ganhos e as despesas.
- c) os impostos, em princípio, devem ser progressivos, de maneira que quanto maior a base imponible do imposto, maior a sua alíquota.
- d) os impostos devem ser irretroativos, vedando-se a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes de sua criação.

Questão 57

A partir da ideia da existência de um poder constituinte, enquanto poder destinado à criação do Estado e à alteração das normas que constituem uma sociedade política, foram elaboradas teorias que apresentam classificações desse poder. Conhece-se assim a distinção entre

- a) poder decorrente, enquanto autonomia das unidades da federação, e poder derivado, encarregado da elaboração das normas constitucionais originárias e reforma da Constituição Federal.
- b) poder de reforma e poder constituinte decorrente, subespécies do poder derivado, em que o primeiro compreende a emenda e a revisão e o segundo reporta-se à autonomia das unidades da federação.
- c) poder de reforma constitucional e poder derivado, em que o primeiro compreende a emenda e o segundo a elaboração de normas constitucionais originárias.
- d) poder originário e poder decorrente, em que o primeiro compreende as normas constitucionais originárias e perenes e o segundo, decorrente do primeiro, compreende a reforma constitucional pela emenda e revisão da Constituição Federal.

Questão 58

O Constitucionalismo contemporâneo apresenta movimentos teóricos importantes, dentre os quais destacam-se o Neoconstitucionalismo, cuja característica é a presença hegemônica dos princípios como critério de interpretação, como fator de onipresença da Constituição Federal, e o Novo Constitucionalismo Democrático Latino Americano, fundado nas novas perspectivas trazidas pelas Constituições da América Latina. Esses movimentos distinguem-se entre si, pois

- a) o Neoconstitucionalismo valoriza a dimensão jurídica da Constituição Federal, enquanto para o Novo Constitucionalismo Democrático Latino Americano a busca da legitimidade democrática se dá pela maior e mais efetiva participação popular.
- b) o Novo Constitucionalismo Democrático Latino Americano reconhece e incorpora os princípios do estado moderno, servindo-se dos modelos de freios e contrapesos, enquanto o Neoconstitucionalismo nega tal modelo.
- c) o Novo Constitucionalismo Democrático Latino Americano reconhece o pluralismo jurídico pautado na jurisdição estatal única, enquanto o Neoconstitucionalismo funda-se em uma jurisdição constitucional separada.
- d) o Neoconstitucionalismo inaugura um modelo de valorização da diversidade e do plurinacionalismo, enquanto o Novo Constitucionalismo Democrático Latino Americano assume e garante a associação da ideia Estado-nação.

Espaço para rascunho

Questão 59

A Constituição Federal estabelece um conjunto de normas visando ao respeito e à preservação do regime democrático e das instituições políticas, por meio do equilíbrio entre as forças do poder e a normalidade das relações sociais e dos entes privados. Delineou-se, no que a doutrina denomina de sistema constitucional de crises, o estado de exceção, em que estão previstos os estados de defesa e o de sítio. As medidas tomadas durante os estados de exceção e de sítio

- a) comportam controle, fiscalização e acompanhamento, o que pressupõe a vedação dos abusos e a inexistência de prática de ilícito nesses períodos.
- b) comportam controle e acompanhamento, respondendo os responsáveis pelos ilícitos praticados nesses períodos.
- c) não comportam controle, mas fiscalização e acompanhamento e posterior responsabilidade por ilícito praticado nesses períodos.
- d) não comportam controle, mas acompanhamento e fiscalização, o que pressupõe o impedimento de abusos e a inexistência de prática de ilícito nesses períodos.

Questão 60

O mandado de segurança coletivo é uma inovação trazida ao ordenamento jurídico brasileiro pela Constituição Federal de 1988, com o objetivo de suprir uma lacuna entre os remédios constitucionais. Assim, entende-se que

- a) os conceitos de ilegalidade e abuso de poder, direito líquido e certo, assim como o objeto do mandado de segurança individual, são os mesmos do mandado de segurança coletivo.
- b) as regras do mandado de segurança individual aplicam-se ao coletivo, distinguindo-se apenas na legitimidade para impetração.
- c) o mandado de segurança coletivo tem regras próprias, previstas constitucionalmente, afastando-se do mandado de segurança individual.
- d) os conceitos de ilegalidade e abuso de poder, direito líquido e certo e campo residual do mandado de segurança individual devem ser estendidos ao mandado de segurança coletivo.

Espaço para rascunho

Questão 61

O princípio constitucional inserido no ordenamento jurídico brasileiro pela Emenda constitucional nº 19, de 1998, acrescentado ao artigo 37, *caput*, da Constituição Federal é o princípio da

- a) cortesia
- b) eficiência
- c) atualidade
- d) motivação

Questão 62

No contexto do tema bens públicos,

- a) a permissão de uso pressupõe, também, a satisfação de interesse da coletividade, que irá fruir certas vantagens desse uso.
- b) a autorização de uso é conferida com vistas à utilidade pública, razão pela qual o particular fica impedido de fruir do bem com exclusividade.
- c) a cessão de uso é transferência onerosa do bem pelo Poder Público a um particular, que o explorará no seu interesse.
- d) a concessão de uso é unilateral, e por essa característica poderá a Administração retomar o bem a qualquer tempo, independentemente de indenização.

Questão 63

De acordo com a Lei de Improbidade Administrativa, nº 8.429/92,

- a) a aplicação de multa ao agente público pelo Tribunal de Contas impede o ajuizamento de ação civil por improbidade.
- b) ao responsável pelo ato de improbidade não se aplicam as sanções do artigo 12, se, pelo mesmo fato, tiver respondido no âmbito penal.
- c) estão descritas, exemplificativamente, as violações aos princípios da Administração, as condutas que lesam o Erário e as condutas que importam em enriquecimento ilícito.
- d) as cominações previstas devem ser aplicadas cumulativamente, pois a maior ou menor gravidade do fato não interfere na aplicação das cominações.

Questão 64

Em relação ao tema da Responsabilidade Civil do Estado no ordenamento pátrio, tem-se que

- a) aquele que sofreu o dano fica dispensado de provar a relação de causalidade entre a atividade da Administração e a lesão decorrente.
- b) o lesado deverá provar a imprudência, a negligência ou imperícia do agente público na conduta administrativa.
- c) a teoria do risco integral fundamenta a responsabilidade objetiva do Estado, pela qual há assunção de todas as consequências relativas à sua atuação.
- d) a regra constitucional prevê a responsabilidade subjetiva quanto ao exercício do direito de regresso contra o agente público causador do dano.

Questão 65

Sobre as parcerias público-privadas, dispõe a Lei nº 11.079/2004:

- a) é vedada celebração de contrato de parceria cujo período de prestação de serviço seja inferior a 3 (três) anos.
- b) a tomada de preço é a modalidade de licitação que deve preceder o contrato de parceria.
- c) na concessão patrocinada, a remuneração do parceiro é feita exclusivamente pelos usuários.
- d) os parceiros compartilham os riscos, de modo que há solidariedade ainda que diante de fatos imprevisíveis.

Questão 66

Quanto à formação e aos efeitos do ato administrativo,

- a) a eficácia é a situação jurídica gerada pelo ato administrativo editado com juridicidade.
- b) a presunção de legitimidade do ato administrativo é absoluta.
- c) o motivo resulta das razões de fato ou de direito que conduziram à edição do ato administrativo.
- d) a exequibilidade e a eficácia do ato administrativo possuem o mesmo significado.

Questão 67

A desapropriação de bens públicos é limitada e condicionada pela legislação, segundo a qual:

- a) a União pode desapropriar bens de estados e de municípios.
- b) um estado pode desapropriar bens de outro estado da federação.
- c) município pode desapropriar bens do estado a que pertence.
- d) um estado pode desapropriar bens de município situado em outro estado.

Questão 68

De acordo com a Lei nº 8.666/93, que prevê sanções administrativas pela inexecução total ou parcial do contrato,

- a) a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento para contratar com a Administração poderão durar até 3 (três) anos.
- b) as sanções de advertência, impedimento de contratar e a sanção de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas juntamente com a multa.
- c) a sanção da multa poderá ser instituída pela Administração, e o valor será livremente estipulado pelo administrador tão logo ocorra a prática lesiva ao ajuste.
- d) a aplicação da sanção de advertência poderá ser realizada independentemente da abertura de oportunidade para apresentação de defesa prévia.

Questão 69

Em relação ao tema do abuso do poder econômico,

- a) Cartel é a forma pela qual uma grande empresa domina o mercado e afasta seus concorrentes.
- b) Truste é a conjugação de interesses entre grandes empresas com o objetivo de eliminar a concorrência e aumentar abusivamente os lucros.
- c) Dumping é a situação pela qual uma empresa recebe subsídio oficial de seu país de modo a baratear excessivamente o custo do produto.
- d) Tabelamento de preços é o instrumento que os entes federados brasileiros podem instituir para combater práticas abusivas do poder econômico.

Questão 70

Quanto ao desfazimento do ato administrativo:

- a) a Administração pode anular os seus atos por conveniência e oportunidade.
- b) a anulação produz efeitos retroativos à data em que o ato administrativo foi realizado.
- c) a publicação impede que o ato administrativo seja anulado.
- d) o Poder Judiciário não pode rever ato administrativo anulado pela Administração.

Espaço para rascunho

Questão 71

Quanto aos institutos da Intervenção do Estado na Propriedade, constata-se que

- a) o tombamento não pode ser desfeito.
- b) a desapropriação é forma de intervenção restritiva.
- c) a servidão pode ser instituída pelos municípios sobre bens estaduais e federais.
- d) a requisição não depende de prévia indenização para ser efetivada.

Questão 72

Sobre as alienações dos bens públicos dispõe a Lei nº 8.666/93:

- a) a alienação de bens imóveis da Administração Pública pode ocorrer pela modalidade licitatória leilão.
- b) a alienação de bens imóveis de empresa de economia mista dependerá de prévia autorização legislativa.
- c) a alienação de bens imóveis da Administração indireta não depende de processo licitatório.
- d) a doação com encargos deverá ser licitada, sem possibilidade de dispensa em qualquer situação.

Questão 73

Quanto ao recurso administrativo previsto na Lei do Processo Administrativo do Estado de Goiás, nº 13.800/2001:

- a) o recurso não será conhecido quando oposto após exaurida a esfera administrativa.
- b) o autor da decisão administrativa recorrida poderá reconsiderar no prazo de dez dias.
- c) a legitimidade para recorrer da decisão administrativa cabe somente às partes.
- d) as razões do recurso devem limitar-se à legalidade, excluídos aspectos do mérito.

Questão 74

É atribuição do Delegado Geral da Polícia Civil:

- a) velar pela perfeita exaço e eficiência dos serviços da Polícia Civil e de seus membros.
- b) sugerir a realização de correições extraordinárias.
- c) conhecer e decidir sobre recursos relativos às listas de promoção.
- d) determinar a instauração de processo administrativo disciplinar.

Questão 75

É da competência do Conselho Superior da Polícia Civil:

- a) editar atos normativos para consecução das funções de competência da Polícia Civil.
- b) manifestar-se sobre lista de promoção por antiguidade ou merecimento.
- c) decidir, em grau de recurso, sobre instauração de inquérito policial.
- d) promover a movimentação de policiais civis, observadas as disposições legais.

Espaço para rascunho

Questão 76

Segundo o artigo 3º da Lei de Introdução às normas de Direito Brasileiro – LINDB, “ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece”. Diante do exposto, verifica-se que

- a) se Paulo casa com Ana, sem saber que Ana é sua irmã, o erro em questão é de fato, assim Paulo tem motivos para pleitear a nulidade do contrato de casamento.
- b) no ordenamento jurídico brasileiro é cabível escusa de cumprimento da lei, alegando não conhecê-la, em casos de erro de fato (*error facti*).
- c) o Princípio da Obrigatoriedade, artigo 3º da LINDB, perde seu caráter absoluto, admitindo temperamentos, em hipóteses nas quais a lei, expressamente, possibilite o erro de direito ou erro de conteúdo legal (*error iuris*).
- d) o erro substancial existe no ordenamento jurídico pátrio como causa de invalidade ou nulidade de um negócio jurídico, sendo ele qualquer, pois refere-se ao conteúdo de norma jurídica.

Questão 77

Supondo-se que a Lei “W”, de vigência considerada temporária pelo ordenamento jurídico, revoga, de forma expressa, a Lei “X” e que, devido a mudanças de comportamentos socioeconômicos, a lei revogadora vem a perder sua vigência, tem-se que:

- a) a lei revogada fica impossibilitada de ser restaurada por ter a lei revogadora perdido a vigência, pois ao ordenamento jurídico pátrio é incabível o princípio da caducidade.
- b) as correções promovidas no texto da Lei “W”, ainda em vigor, consideram-se lei nova.
- c) de acordo com o estudo da Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, a Lei revogada “X” é imediatamente restaurada, como uma resposta aos anseios socioeconômicos da evolução e porque não se pode ficar sem lei.
- d) de acordo com a Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, a Lei destinada à vigência temporária possuirá vigor até que outra a revogue.

Questão 78

Os Direitos da Personalidade, resguardados pelo Código Civil, agregam direitos essenciais à pessoa humana, com fins de resguardar a sua própria dignidade. Diante do exposto, constata-se que

- a) os direitos da personalidade apresentam à sociedade brasileira a ideia atual de que a matéria está inexoravelmente unida ao desenvolvimento da pessoa humana, tanto sob a ótica do Direito Civil, como do Direito Constitucional.
- b) os direitos da personalidade dizem respeito à aptidão genérica das pessoas de serem portadoras de direitos e deveres na ordem civil.
- c) o Código Civil, no que dispõe sobre os direitos da personalidade, apresenta um rol completo de suas espécies.
- d) a compreensão atual dos direitos da personalidade consolida o entendimento de que no exercício destes é inviável a limitação voluntária dos mesmos, inclusive, no que concerne àquelas restrições consideradas temporárias.

Espaço para rascunho

Questão 79

Considerando-se a Teoria da Representação e da manifestação da vontade, o Código Civil dispõe que:

- a) os poderes de representação conferem-se por Lei, de acordo com o que dispõe nosso ordenamento civil, Parte Geral e Parte Especial, direito contratual.
- b) a Teoria geral da representação é própria da parte especial do Código Civil, no que concerne ao estudo dos Negócios Jurídicos.
- c) o mandado em causa própria, ou mandado *in rem propriam*, é lícito desde que o mandante outorgue poderes para o mandatário, constando a autorização para que o último realize o negócio jurídico consigo mesmo.
- d) o estudo do autocontrato envolve a teoria da representação de forma viciada, ou seja, é considerado nulo o negócio jurídico em que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.

Questão 80

O Código Civil apresentou inovações acerca do estudo do domicílio da pessoa natural. Diante do exposto, verifica-se que

- a) o domicílio dos representados é aquele fixado pela vontade do representante legal, regulado em prol do exercício da autonomia privada, não sendo necessariamente o mesmo do representante legal.
- b) a concepção de domicílio relaciona-se com conceitos pertinentes ao conceito de residência e ao conceito de moradia, sendo este conceito de moradia próprio do direito subjetivo, constituído pelo estabelecimento da pessoa.
- c) o domicílio é o local físico, podendo ser mais de um, ou podendo ser alterado, e tal conceito, previsto no Código Civil, é também aplicável no caso do servidor público correlacionado com o domicílio necessário.
- d) é domicílio de uma pessoa que não tenha residência física o local em que ela for encontrada, ou seja, o lugar de sua habitação ou moradia.

Questão 81

Na parte geral do Código Civil, em relação ao estudo dos bens, tem-se que:

- a) sabe-se que a indivisibilidade convencional é aplicada aos condôminos, sendo possível a estes responderem pelo quinhão de cada um, é ilícito o cabimento legal de cláusula pontuando acerca da indivisibilidade da coisa comum por prazo não maior de cinco anos, suscetível de prorrogação ulterior.
- b) bens infungíveis são aqueles denominados bens personalizados ou individualizados, sendo considerados pela lei e pela doutrina também como bens imóveis, observando que, no caso do estudo dos bens complexos infungíveis, são considerados, também, os bens móveis como bens que não podem ser substituídos.
- c) o Código Civil trata de várias modalidades de bens, sendo que, nas classificações quanto à fungibilidade e consuntibilidade, essas se confundem, pois o critério adotado por nosso ordenamento jurídico leva em conta o estudo da consuntibilidade física ou de fato.
- d) bens coletivos, assim como os bens compostos, são aqueles constituídos por várias coisas singulares, consideradas em conjunto e formando um todo individualizado, podendo decorrer de uma união fática ou jurídica.

Espaço para rascunho

Questão 82

De acordo com o estudo do negócio jurídico e o Direito Civil atual, tem-se que:

- a) a regra presente no Código Civil quanto à aplicação das normas no tempo é de que, quanto à validade dos negócios jurídicos, a estes deve ser aplicada a norma atual, ou seja, do momento da sua constituição ou celebração.
- b) a validade do negócio jurídico requer o agente capaz, o objeto lícito, possível, determinado e determinável e a forma correlata ao princípio da autonomia da vontade das partes, dispensando prescrição legal.
- c) de acordo com o Código Civil, a *vis compulsiva* é um vício do consentimento que pode ser conceituada como a perda total da capacidade de manifestação de vontade do sujeito, provocando a nulidade absoluta do negócio jurídico.
- d) são elementos acidentais do negócio jurídico a condição, o termo e o encargo; no caso das classificações das condições quanto à sua licitude, as ilícitas são aquelas que contrariam a lei, gerando anulabilidade do negócio jurídico.

Questão 83

Em se tratando do Direito das Obrigações, parte especial do Código Civil, tem-se que:

- a) a possibilidade jurídica e a ilicitude do objeto prestacional se confundem, como se verifica em caso de abuso do direito que fere a ilicitude do objeto jurídico da relação obrigacional, caracterizando a sua impossibilidade jurídica.
- b) no estudo da obrigação de dar coisa certa revela-se o princípio da gravitação jurídica, pelo qual a obrigação de dar a coisa certa dispensa os seus acessórios.
- c) havendo perda do objeto da prestação, antes da tradição, caso em que a inutilização da coisa deu-se por circunstâncias alheias à diligência do devedor, a solução será a resolução contratual pela falta superveniente do objeto, sem ônus para a parte alienante.
- d) sobre a teoria do risco proveito, sendo culpado o devedor obrigacional, cabe unicamente ao credor exigir o equivalente com pagamento de juros e correções monetárias pertinentes.

Questão 84

João e Maria firmaram contrato de compra e venda, nos moldes do Código Civil. Ficou estipulado, em uma das cláusulas do referido contrato, que João pagará a dívida perante Maria, mediante a entrega de R\$ 400.000,00 ou um apartamento devidamente cientificado nesse valor. Assim, tem-se que:

- a) se todas as prestações estipuladas em contrato vierem a se tornar impossíveis, mesmo com culpa do devedor, extinguir-se-á a obrigação.
- b) a categoria das obrigações plurais ou compostas é formada pelas obrigações cumulativas, facultativas e alternativas, no caso do exemplo acima, tem-se um exemplo típico da modalidade das obrigações facultativas.
- c) de acordo com o exemplo acima, sendo este uma obrigação alternativa, de acordo com o ordenamento civil atual, em se tratando da escolha do objeto, esta cabe ao credor, Maria, ou ao sujeito ativo da prestação, se outra coisa não se estipulou.
- d) cabe a João promover a escolha, se outra coisa não se estipulou, restando irrevogável quando a individualização do objeto chega ao conhecimento de Maria, salvo se no contrato celebrado exista cláusula de arrependimento.

Espaço para rascunho

Questão 85

No que concerne ao estudo do adimplemento, são várias as situações de extinção das obrigações que não são precedidas pelo pagamento ordinário. Diante do exposto, tem-se que:

- a) no caso de o devedor ser simultaneamente devedor e credor, aplicar-se-á a modalidade de extinção das prestações por novação tanto objetiva como subjetiva, de acordo com a vontade e eticidade das partes envolvidas.
- b) no caso da consignação em pagamento de dívida em dinheiro, é facultativo ao solvens respeitar os requisitos objetivos e subjetivos previamente ajustados para o pagamento, sendo bastante o depósito efetivo para elidir sua mora.
- c) sub-rogação do pagamento é prevista no ordenamento jurídico civil nos casos de o devedor possuir duas ou mais obrigações para com um mesmo credor, e posteriormente paga uma quantia insuficiente para liquidação da dívida.
- d) considera-se pagamento a consignação que pode ser conceituada como o meio judicial ou extrajudicial adotado pelo devedor ou terceiro para libertar-se da obrigação depositando o valor devido nos casos e formas legais.

Questão 86

Obrigações não executadas geram inadimplemento, ou seja, a falta da prestação devida ocasiona uma crise na relação obrigacional, sendo necessária a intervenção do ordenamento jurídico, que neste sentido, dispõe o seguinte:

- a) o Código Civil, acerca do estudo da responsabilidade civil por danos morais, obedece à matéria consoante aos estudos do direito da personalidade no campo do direito da dignidade humana, segundo disposto no artigo 1º, inciso III da CF, sem acrescentar diferenças em relação à culpa ou não do agente inadimplente.
- b) é cabível prisão por dívida, nos moldes do artigo 5º, inciso LXVII, da Constituição Federal, sendo que o sistema infraconstitucional fica mitigado em relação ao disposto neste sentido, assim como os tratados internacionais de direitos humanos que são absorvidos como lei ordinária, de acordo com a corrente monista, pela qual o direito brasileiro fez opção.
- c) a legislação pátria responde ao inadimplemento viabilizando o dever de indenizar, sendo a reparação completa por envolver todo o prejuízo experimentado pelo lesado, por isso a indenização dos danos é admitida em lei, pois funciona como uma compensação em prol de quem sofreu danos emergentes e lucros cessantes.
- d) os juros estão incluídos no estudo dos frutos civis, como rendimento de capital subdividindo-se em moratórios e compensatórios. No caso de inadimplemento com ou sem culpa, os juros compensatórios traduzem uma indenização para o inadimplemento no cumprimento da obrigação de restituir pelo devedor, sendo uma verdadeira sanção.

Questão 87

Em relação à qualificação da posse, o Código Civil Brasileiro dispõe o seguinte:

- a) é caso de usucapião especial aquele assegurado tanto pelo Código Civil vigente, como pela Constituição Federal de 1988, e existe com a finalidade de extinguir os latifúndios em favor de colonos fixados na terra, ensejando uma forma democrática de reforma agrária.
- b) o justo título gera presunção de boa-fé que repugna ao direito, ou seja, mesmo sendo adquirida a posse mediante turbação, ou mediante esbulho.
- c) em se tratando de composses, apenas o possuidor majoritário pode utilizar os interditos possessórios contra terceiros que venham a perturbar a composses.
- d) a modalidade de usucapião que independe de boa-fé ou justo título ocorre tanto para móveis como para imóveis em prazos legais estabelecidos, sendo conhecida pela lei e pela doutrina como usucapião ordinário ou legal.

Espaço para rascunho

Questão 88

De acordo com o Direito Civil, parte especial, família, e em conformidade com a Constituição Federal, o poder familiar existe de forma legal, sendo que, de acordo com o exercício do poder familiar:

- a) compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores, representá-los, até aos 18 anos, nos atos da vida civil.
- b) suspende-se igualmente o exercício do poder familiar ao pai ou à mãe condenados por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a dois anos de prisão.
- c) divergindo os pais quanto ao exercício do poder familiar, é cabível, de acordo com o princípio da isonomia e da equidade, a diferenciação entre pais, não podendo recorrer ao juiz o pai, ou a mãe inadimplente em suas obrigações parentais.
- d) cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar a extinção do poder familiar em casos de abuso de autoridade ou de pai ou de mãe, que faltaram com os deveres a eles inerentes ou arruinaram os bens dos filhos.

Questão 89

Na doutrina civilista atual, respeitando-se o estudo dos princípios constitucionais, tem-se que:

- a) em se tratando da prestação de alimentos, é estabelecido em Lei ser esta própria de pais e extensiva a terceiros, desde que interessados e membros lícitos da sociedade: tutores ou curadores, de acordo com o princípio da autonomia da vontade e da eticidade contratual, mediante sentença transitada em julgado.
- b) compete aos pais, e na falta de um deles ao outro, com exclusividade, representar os seus filhos menores de 18 anos, tanto em fatos jurídicos cíveis como em atos de responsabilidade penal, como responsáveis legais.
- c) o pai e a mãe, enquanto de boa-fé e no exercício do poder familiar, são considerados usufrutuários dos bens dos filhos.
- d) se o parente que deve alimentos não estiver em condições de suportar totalmente o encargo, serão chamados os terceiros interessados, desprezando-se questões familiares, e a concorrência de graus imediatos, em prol da celeridade e da economia processual, são indicados os terceiros interessados no menor.

Questão 90

Em relação aos institutos da Tutela e da Curatela, o Código Civil dispõe o seguinte:

- a) em se tratando do falecimento dos pais, restando apenas herdeiros menores de 12 anos, de acordo com o Código Civil, estes menores incapazes serão postos em curatela, pois ainda não possuem discernimento necessário para conviver em sociedade.
- b) os bens do menor serão entregues aos cuidados do tutor mediante termo especificado deles e seus valores, ainda que os pais o tenham dispensado.
- c) se os bens do menor constituírem valor considerável, o juiz, em prol do interesse do hipossuficiente, deverá dirimir o exercício da tutela à prestação de caução regular e indispensável, mesmo tratando-se de tutor com reconhecida idoneidade.
- d) as regras a respeito do exercício da tutela aplicam-se ao da curatela, pois são institutos que se complementam de forma interdisciplinar, tratando-se de incapazes ou relativamente capazes.

Espaço para rascunho

Questão 91

Em Antropologia Forense, os ângulos faciais (Jacquart, Cloquet e Curvier) são determinantes para:

- a) altura
- b) idade
- c) sexo
- d) raça

Questão 92

Os agentes mecânicos são responsáveis pela maioria das lesões provocadas no corpo humano. São exemplos de lesões contusas:

- a) bossa, empalamento
- b) equimose, esgorjamento
- c) esquartejamento, entorse
- d) luxação, degolamento

Questão 93

Com relação às asfixias, tem-se o seguinte:

- a) esganadura tem origem homicida, sendo rara sua forma acidental.
- b) o sulco comumente encontrado nos enforcados e estrangulados é produzido por um instrumento corto-contundente.
- c) soterramento é um tipo de asfixia em que ocorre a substituição do meio aéreo por terra.
- d) estrangulamento braquial é forma comum de asfixia em suicídios e requer desproporção de forças.

Questão 94

Verificando o local de encontro de cadáver, o delegado anota as lesões presentes no corpo descritas pelo perito como "lesão cortante na região anterior do pescoço, retilínea, profundidade uniforme atingindo até a coluna vertebral". Com estas observações, o delegado infere o nome da lesão e sua natureza jurídica como

- a) degolamento – homicídio
- b) degolamento – suicídio
- c) esgorjamento – suicídio
- d) esgorjamento – homicídio

Questão 95

Goiânia foi sede do maior acidente radioativo do Brasil. Várias pessoas sofreram ações diretas e indiretas do elemento radioativo. Sobre radioatividade, tem-se que:

- a) são fontes comuns de radioatividade o ultrassom, o infravermelho e as lâmpadas fluorescentes.
- b) diariamente recebemos exposição radioativa mínima não lesiva ao corpo humano.
- c) a ação local da radioatividade causa as radiodermites que possuem curta duração, em média três dias.
- d) nas radiodermites de primeiro grau, aparecem as úlceras de Roentgen.

Espaço para rascunho

Questão 96

A respeito dos documentos médico-legais, tem-se o seguinte:

- a) relatório médico somente poderá ser elaborado por médico legista.
- b) laudo e auto são documentos idênticos.
- c) o atestado de óbito poderá ser assinado por profissional não médico.
- d) notificação é uma comunicação feita pelo médico ao delegado de polícia sobre um fato relevante na investigação.

Questão 97

Grande sucesso mundial de vendas, o livro *Cinquenta tons de cinza* aborda temas relacionados à sexualidade (masoquismo, sadismo, dominação). A sensação de prazer ao se assistir ato sexual praticado por terceiros é denominada

- a) fetichismo
- b) mixoscopia
- c) vampirismo
- d) felação

Questão 98

Vários conceitos de morte são descritos na literatura em geral, sejam eles científicos, religiosos ou filosóficos, todos devem ser respeitados. O Direito adota o conceito científico de morte. Sobre tanatologia forense, verifica-se que

- a) a diminuição da pressão intraocular, a dessecação dos lábios e a tela viscosa ocular são fenômenos consecutivos de morte.
- b) a rigidez cadavérica é um fenômeno abiótico imediato e progride da cabeça para os pés.
- c) o conceito de morte cerebral é utilizado como critério para realização de transplante de órgãos.
- d) a putrefação é um fenômeno transformativo destrutivo que independe da ação das bactérias.

Questão 99

No local do crime, os peritos arrecadaram um desenho digital que apresentava um delta à esquerda. Pelo sistema de Vucetich, este desenho é classificado como

- a) presilha interna
- b) verticilo
- c) presilha externa
- d) arco

Questão 100

A Genética Forense é uma ciência que cada vez mais tem auxiliado o direito na identificação de pessoas, investigação de paternidade e elucidação de crimes. De acordo com esta ciência, tem-se o seguinte:

- a) o DNA mitocondrial, por ser muito sensível, não tem utilidade em grandes desastres.
- b) o DNA dos gêmeos idênticos determina a formação da mesma impressão digital.
- c) o DNA mitocondrial é encontrado no núcleo das células.
- d) o DNA mitocondrial é proveniente do material genético da mãe.

Espaço para rascunho
